



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BRASÍLIA/DF, 25 DE ABRIL DE 2006.

ATA DA XVI REUNIÃO DO CONSEA

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e seis, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/no, Brasília/DF, por convocação do Senhor Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a XVI Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Artigo 1o., Parágrafo 1o. Inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. PRESENTES: Registrou-se a presença dos membros representantes da Sociedade Civil: Altemir Tortelli ; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Salles Placidino; Azelene Inácio Kaingang; Delzi de Araújo Castro; Elido Bonomo; Elza Maria Franco Braga; Francisco Antonio da Fonseca Menezes; Gleyse Maria Couto Peiter; José Ribamar Araújo e Silva; Maria Emília Pacheco; Moisés Machado; Naidison Quintella Baptista; Padre Matias Martinho Lenz; Pastor Rolf Schünimann; Pastor Werner Fuchs; Regina da Silva Miranda; Renato Sérgio Maluf; Sônia Lúcia Lucena Souza de Andrade; Ubiraci Dantas de Oliveira. Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes dos representantes da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Aldenora Pereira da Silva; Alessandra da Costa Lunas; Christiane Gasparini Araújo Costa; Décio Martins; Estanislau da Silva Salles; Pedro Makumbundu Kitoko; Pedro Monteiro Torres Neto; Raimundo Nonato Pereira da Silva; Sillas dos Santos Vieira. Presentes os Ministros: Patrus Ananias - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Altemir Gregolim - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; André Roberto Spitz - Assessor Especial da PR. Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA: Padre Roque Grazziotin - Ministério da Educação; Ana Beatriz Vasconcellos - Ministério da Saúde; Leinad Ayer - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Ricardo Vizontin - Ministério do Meio Ambiente; Sérgio Antonio Gonçalves - Ministério das Cidades. Registrou-se a presença dos membros observadores: Selvino Heck, Assessoria Especial da PR; Nildes de Oliveira Andrade, Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição; Flávio Luiz Schieck Valente, Relatoria do Direito Humano à Alimentação. Registrou-se a presença dos seguintes convidados

e assessores: Rosângela Rondon Rossi - AESP/PR; Adriana Santos - AEP/PR; Carolina Machado Rocha Busch Pereira - MDS; Cleyton Domingues - MDS; Crispim Moreira - MDS; Daniel Balaban - FNDE; Vera Azevedo - CONDRAF; Lana Magali Pires - MCT; Michelle Lessa de Oliveira - MS; Mary Célia Guirado - MDS; Lea Rocchi Sales - MDS; Sônia Lúcia dos Reis Alves - Ministério das Cidades; Marco Aurélio Loureiro - DAPE/SESAN; Geraldo Julião Júnior - SOF/MP; Lia Mendes Cruz - MMA/Carteira Indígena; Lylia Galetti - MMA; Paulo Cesar Resende; Alexandro Rodrigues Pinto - DAPE/SESAN; Geovanete de J. Oliveira - DAPE/SESAN; Rocilda Moreira; Júlia dos Santos; Antonio Osvaldo Coutinho; Antonio Gee Thais; Rogério Tomaz Júnior - ABRANDH; Tânia Cruz; Jader José de Oliveira e Márcia Rodrigues - FNDE.; Registrou-se as ausências: Alberto Ercílio Broch (justificada); Ana Maria Petronetto Serpa (Justificada); Ariovaldo Ramos dos Santos (justificada); Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite (justificada); Carlos Roberto Faccina (justificada); D. Mauro Morelli (justificada); Danilo Miranda (Justificada); Dulce Terezinha Oliveira Cunha (justificada); Edmar Guariento Gadelha (Justificada); Jorge Luiz Numa Abrahão (justificada); Lea Lúcia Cecílio Braga (Justificada); Luiz Marinho (Justificada); Malaquias Batista Filho (Justificada); Márcio Lopes Freitas (Justificada); Marcos Cesar Simarelli Winter (justificada); Silvio Caccia Bava (Justificada); Suely Nazaré de Oliveira Linhares (justificada); Walter Belik (Justificada) e Zilda Arns (justificada). PAUTA: Aprovação das Atas da XIV e XV Plenárias e da Pauta – 9h às 9:15; Informes – 9:15 às 9:30; Projeto de Lei de Alimentação Escolar – 9:30 às 11h; 3.1 Apresentação da proposta – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC); 3.2 Pronunciamento da Câmara Temática 3 – Grupos Populacionais Específicos; 3.3 Debate e encaminhamentos. Orçamento de SAN – Visão Geral da Lei Orçamentária 2006 – 11h às 12h; Apresentação da Lei Orçamentária 2006 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Debate. INTERVALO – ALMOÇO - Resultados de Estudos e Pesquisas coordenados pelo MDS – 14h às 16h; Apresentação dos Resultados - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS); Debate e encaminhamentos. Plano de Safra da Agricultura Familiar 2006/2007 – 16h às 17:30; Apresentação da proposta - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Pronunciamento da Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento; Debate e encaminhamentos; Encaminhamentos das instâncias – 17:30 às 18h; Encerramento – 18h.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: O Senhor Francisco Menezes iniciou os trabalhos às 09h50, saudando a todos os conselheiros e compondo a mesa com a presença do Diretor do MDS, Crispim Moreira, o assessor do CONSEA Aloísio Melo, informando a chegada do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Em seguida, anunciou e agradeceu a presença do senhor Altemir Gregolim, Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca. O Presidente do CONSEA iniciou os trabalhos referentes à pauta, informando que a secretaria do conselho havia colocado em dia as atas das reuniões, após período ausente de contrato para elaboração dos referidos documentos. Assim, cópias das referidas atas das reuniões XIV e XV do plenário encontravam-se nas pastas para aprovação e em caso de propostas de alteração, que fossem então encaminhadas à secretaria posteriormente por escrito. Passou-se então ao

ponto seguinte sobre informes, em que o presidente Francisco Menezes informou o plenário sobre a audiência pública sobre o Projeto de lei 6047/2005 da Lei Orgânica de SAN junto a Comissão de Seguridade, Saúde e Família da Câmara dos Deputados, em 26/04/2006, solicitada pelo Ministro Patrus Ananias. Além disso, informou que o projeto tramitaria pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para então ser encaminhado ao Senado Federal. O Projeto tem como relator na CSSF/CD o Deputado Feu Rosa do PP/ES. Sobre o Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, evento organizado pelo CONSEA, com os apoios do MDS e UNESCO, o Presidente Francisco Menezes passou informes da reunião da Comissão Organizadora realizada no dia anterior (24/04/2006), cujos dados apontam avanços na organização. Durante a reunião da Comissão levantou-se informações de que a Videoconferência contou com a participação de 20 Estados sendo que o estado de SE não conseguiu participar no último momento, por problemas técnicos. O DF veio à sede do Interlegis e SC participou também da sede. Os 5 Estados que não participaram foram: AL, GO, MA, PE, RR, SC por problemas técnicos e operacionais. A maioria dos estados realizou debates em torno do tema. Dos 27 estados da federação, 24 já enviaram os nomes de seus participantes, faltando os estados do RS, MA, PE, sendo que o RJ enviou 3 nomes da sociedade civil. Em 24 de abril o número de inscritos era de 151 (52 do poder público e 99 da sociedade civil). Os temas principais já estariam sendo debatidos nos estados e a sistematização aconteceria nos dias 16 e 17 de maio. Alguns dos estados ainda não haviam encaminhado seus participantes governamentais, priorizando inicialmente os representantes da sociedade civil. O processo de organização do Encontro deverá ser avaliado futuramente. Sobre a Programação (22 a 24 de maio) – o evento acontecerá no Hotel St. Paul, em Brasília e uma nova versão da programação estaria sendo providenciada. Sobre a discussão da proposta de programa: a) As 11 questões referentes aos 4 eixos do documento preparatório serão a base para os trabalhos de grupo. Faltaria elaborar formato para o trabalho de grupos, o que seria feito pelo Grupo responsável pela metodologia do ENSAN. A questão da intersetorialidade deverá ser transversal. Haveria um encontro de relatores à noite: sugestão de agrupar por 4 blocos temáticos. Criou-se uma coordenação política composta por Chico Menezes, Adriano, Aloísio, Elza e Pastor Sillas que será responsável pelas resoluções políticas do evento. Sobre a participação de novos convidados/observadores: o número inicial previsto deverá ser ampliado, inclusive para os representantes governamentais que atuam nas instâncias, não passando do teto de 350 participantes. Desde que venham por conta própria. Após, o presidente informou sobre os 10 anos de avaliação da Cúpula Mundial de Alimentação, que continua em destaque na agenda internacional, agregando questões críticas como água, pobreza, fome e saúde. Governos, agricultores, cientistas e outros estarão reunidos em Roma em setembro, para avaliar o avanço na erradicação da fome. Segundo ele, a reunião oficial acontecerá nos dias 25 e 26 de abril de 2006, na Venezuela, prevendo já uma organização da cúpula. Há proposta de participação do CONSEA no evento, o que será discutido numa próxima plenária. Anunciou-se então a chegada do Ministro Patrus Ananias, Secretário do CONSEA, que saudou o plenário e

parabenizou a todos pelas notícias veiculadas pela imprensa sobre o aumento per capita da merenda escolar de 0,18 para 0,22. O Ministro reafirmou o empenho do Presidente Lula quanto ao reajuste imediato, considerando também o EJA – Educação para Jovens e Adultos. Lembrou tratar-se de mais uma conquista do CONSEA e do Comitê Fome Zero que encaminharam as discussões junto ao Governo Federal com empenho. Sobre a LoSAN, o Ministro reforçou os informes sobre sua presença na Comissão de Seguridade, Saúde e Família da Câmara no dia 26/04/2006, convocando a todos. Reafirmou ainda, o direito das pessoas à alimentação e o dever do Estado, transformando a alimentação em política pública, direito humano fundamental, saindo do assistencialismo para a política de Estado. O Secretário do CONSEA informou que, sobre o PAA Leite – no nordeste – foi realizada reunião, tendo sido autorizada pelo comitê gestor a alteração, passando o valor de R\$ 2500,00 para R\$ 3500,00 – trata-se de um processo que o CONSEA deve verificar, pois, segundo o ministro, possui um fundo político que envolve discussão. Informou, ainda, o secretário Rômulo Paes estará participando da reunião no período da tarde, passando informações positivas, inclusive no que se refere à Chamada Nutricional realizada no semi-árido. O Ministro fez referencia ainda, sobre o Relatório do BID divulgado na última semana que apresenta o índice de 3% de diminuição do nível de pobreza no Brasil entre os anos de 2002/2005, graças aos programas sociais – cabendo lembrar os programas Bolsa Família e PRONAF – integração desses programas que fazem parte do Fome Zero. O Presidente do CONSEA fez uso da palavra informando que, sobre o PAA Leite, já houve uma conversa com o Secretário Nacional Onaur Ruano sobre o assunto e que a CT 1 – Produção e Abastecimento apresentou proposta, devendo em algum momento durante o plenário ser referida. Em seguida passou-se ao ponto seguinte convidando o presidente do FNDE/MEC, Dr. Daniel Balaban para compor a mesa, para então se iniciar a apresentação da proposta do Projeto de Lei sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. O texto inicial apresentado pelo representante do FNDE encontrava-se distribuído aos participantes do plenário, para que fossem apresentadas propostas de alteração. O Presidente do FNDE iniciou a apresentação dizendo que cada centavo de reajuste alcançado significa uma média de 70 milhões de reais e que o PNAE tem sido um paradigma para vários países do mundo, sendo o maior programa de alimentação escolar gratuita do mundo. É regido por uma lei muito antiga e que precisa ser aperfeiçoada. Uma das questões relevantes do Projeto e que vem sendo discutida é de que maneira pode se dar a participação do pequeno agricultor, pequeno produtor sem participação no processo licitatório – participação da Agricultura Familiar. Um outro aspecto bastante debatido e polêmico trata a questão do impasse para os inadimplentes (municípios) que ao serem cobrados pelo não cumprimento das prestações de contas no prazo de 3 meses consecutivos, tem os repasses cancelados, penalizando assim os alunos. Essas irregularidades vem sendo cobradas pelos órgãos de fiscalização do governo, e mesmo havendo melhorias, ainda há problemas. A representante do FNDE, Márcia Molina, apresenta, então, o Projeto de Lei, destacando as mudanças feitas na discussão com a CT2 e CT3, no dia anterior. Em seguida, abriu-se para apresentação de propostas. O ministro Patrus parabenizou pelo

trabalho, dizendo que o sistema está se consolidando. Considerou que a palavra “poderá” aparece muito no texto e que a linguagem própria de uma lei seria “deverá”, pois a lei impõe, determina. O Conselheiro Renato Maluf propôs a substituição do termo “pequeno produtor” por agricultura familiar, que é mais restritiva, pois não inclui as hortas comunitárias e o setor da pesca. Também não existe uma definição precisa para a agricultura familiar, portanto “pequeno produtor” é mais abrangente. Em segundo lugar ficou satisfeito com a penalização das prefeituras. Queria perguntar e sugerir ao mesmo tempo se o PL pode ser mais incisivo em relação às penalidades. Por último remete à fala do Ministro Patrus – como fazer para ligar o PNAE com a LOSAN. Em seguida, a Conselheira Regina Miranda parabenizou o FNDE pelo trabalho que vem sendo realizado, mas disse ter algumas preocupações que já haviam surgido na discussão do dia anterior na CT. Observou que o glossário não aponta o que é educação alimentar – o art. 13 toca no assunto da educação, mas é pouco. Em outro artigo, que discorre sobre a responsabilidade do nutricionista, que isto se estenda a um profissional da área de educação. Chico Menezes solicitou que as propostas de alteração sejam feitas por escrito, para facilitar o trabalho do FNDE. O observador Flávio Valente informou que a CP5 – DHAA já havia feito sugestões e que o Comitê de Fiscalização das Violações – CDDPHA tem analisado os casos de suspensão dos repasses. Esse Comitê parou de funcionar por falta de recursos mas agora retornou e resolveu fortalecer um Grupo de Trabalho para analisar a lei sob a ótica do DHAA. Fez a proposta de incorporar na lei a divulgação dos direitos, uma vez que a criança e a família tem que ser educadas para a questão dos direitos. **A conselheira Maria Emilia observou que a proposta do Renato, de se utilizar o termo “pequeno produtor” tem um problema, na medida em que podem existir pequenos agricultores que utilizam uma produção intensiva que não se assemelha à agricultura familiar. Concordou com o ministro na questão do verbo “poder”. Neste sentido propõe mudar o art. 12. Propõe, ainda, que se mencione a lei de criação do PAA, que fala sobre a compra de alimentos em situações de insegurança alimentar, dispensando a licitação.** O Diretor do MDS Crispim Moreira, ainda sobre o glossário, chama atenção para o caso dos assentados da reforma agrária e diz que outro aspecto a ser discutido são os sistemas públicos de aquisição de alimentos. A representante da CONTAG, Sra. Alessandra Lunas, suplente do Conselheiro Alberto Ercílio Broch, após parabenizar o FNDE pelo trabalho realizado, reforçando o fato dos valores alcançados terem chegado também para as escolas quilombolas e indígenas, mas, principalmente, para o meio rural num todo, o que demonstra um avanço significativo. O grande debate tema é o regime de economia familiar e a expressão a ser levada ao glossário é algo a ser muito bem pensado. A conselheira Delzi lembrou para inclusão no glossário as restrições alimentares, quais são e o que são. Em seguida a Conselheira Sônia Lucena questionou sobre a origem dos 15% das necessidades de alimentos e se não vai se explicitar o mínimo de proteína animal e considerou que os R\$ 0,22 ainda são insuficientes. Sobre a diferença entre os verbos ‘poder’ e ‘dever’ na lei há que se ter o cuidado de nem se abrir e nem fechar tanto, uma vez que no sertão nordestino, em épocas de seca, as restrições são grandiosas e os termos contam grandemente na hora de negociar. O Conselheiro Ribamar

pediu licença para discordar do mestre Renato Maluf quanto ao conceito de Agricultura Familiar, dizendo que este é um conceito em construção e é objeto de disputa, portanto deve-se evitar dar um "cheque em branco", tendo em vista a disputa que certamente ocorrerá no Congresso. Concordou com a necessidade de sanção, ainda que simbólica. O Conselheiro Éldio Bonomo lembrou da importância da consolidação da lei, que deve impedir a terceirização. Levantou, ainda, a questão de que haveria locais onde a gestão da alimentação escolar seria realizada por outras secretarias. O presidente Chico Menezes reforça os questionamentos feitos pela conselheira Sonia Lucena, uma vez que a questão dos 15% sempre foi um aspecto pouco esclarecido. Além disso, questiona o fato de que, em escolas onde os alunos estão em acampamentos de Reforma Agrária, quais as alternativas estão sendo adotadas ou pensadas. O presidente Consea propôs uma nova reunião para se tentar resolver as divergências. A representante do FNDE, Márcia Molina respondeu que, sobre os 15% vem sendo levantadas possibilidades de solução, uma vez que esse percentual foi transposto da versão anterior e o que pode ser feito pelo FNDE é pensar diretrizes quanto a utilização do valor. Sobre os termos 'poderá' ou 'deverá', expressou preocupação quanto ao fato de que há lugares onde não existe a agricultura familiar. Flávio solicita prazo para que a Comissão de DHAA apresente proposta. A Conselheira Maria Emília reiterou a necessidade de realização de uma reunião dos coordenadores de instâncias no sentido de serem discutidos detalhes acerca do PL PNAE, uma vez que não se tratam apenas de diferenças de conceitos. A proposta foi acatada. Em seguida teve início o item da pauta referente ao orçamento da União para 2006, relativo às políticas de SAN. A discussão teve início com uma apresentação do representante do Ministério do Planejamento, que tratou das linhas gerais da Programação Orçamentária da União para 2006. Falou sobre os parâmetros nos quais se trabalha o orçamento: espera-se retomada do crescimento real para 4,5%, compatível com a meta de inflação de 4,5% (IPCA) e taxa de juros declinante; em relação ao cenário fiscal, espera-se um resultado primário do setor público seja de 4,25% do PIB. Apresentou ainda um quadro com as receitas e despesas da União e outras informações mais gerais sobre as receitas e despesas da União. No caso das despesas discricionárias há um aumento de 73,8 bilhões em 2005 para 78,8 bilhões em 2006. Em relação à evolução das despesas correntes, seu percentual em relação ao PIB foi de 17,75% em 2005; espera-se 16,98% em 2006, pois objetiva-se frear a tendência de crescimento que vem ocorrendo desde 1995. Apresentou, ainda, as cifras para 2006 para o BF – 8,32 bilhões de reais; PNAE – 1,31 bilhões; PAA – 265 milhões e PRONAF (recursos orçamentários - financiamento e equalização – 1,2 bilhões. A seguir a representante do Ministério do Planejamento apresentou o cronograma orçamentário para 2006 e 2007. No caso da LDO, já houve sua publicação em 15/04/06. O PLOA será apresentado em 31/07. Em relação às alterações na LOA 2006 informou que os créditos adicionais podem ser feitos por PL ou por decreto. Em seguida teve início o item da pauta referente ao orçamento da União para 2006, relativo às políticas de SAN. A discussão teve início com uma apresentação do representante do Ministério do Planejamento, que tratou das linhas gerais da Programação Orçamentária da

União para 2006. Falou sobre os parâmetros nos quais se trabalha o orçamento: espera-se retomada do crescimento real para 4,5%, compatível com a meta de inflação de 4,5% (IPCA) e taxa de juros declinante; em relação ao cenário fiscal, espera-se um resultado primário do setor público seja de 4,25% do PIB. Apresentou ainda um quadro com as receitas e despesas da União e outras informações mais gerais sobre as receitas e despesas da União. No caso das despesas discricionárias há um aumento de 73,8 bilhões em 2005 para 78,8 bilhões em 2006. Em relação à evolução das despesas correntes, seu percentual em relação ao PIB foi de 17,75% em 2005; espera-se 16,98% em 2006, pois objetiva-se frear a tendência de crescimento que vem ocorrendo desde 1995. Apresentou, ainda, as cifras para 2006 para o BF – 8,32 bilhões de reais; PNAE – 1,31 bilhões; PAA – 265 milhões e PRONAF (recursos orçamentários - financiamento e equalização – 1,2 bilhões. A seguir a representante do Ministério do Planejamento apresentou o cronograma orçamentário para 2006 e 2007. No caso da LDO, já houve sua publicação em 15/04/06. O PLOA será apresentado em 31/08. Em relação às alterações na LOA 2006 informou que os créditos adicionais podem ser feitos por PL ou por decreto. Em relação aos primeiros os prazos para que aconteçam é maio e outubro de 2006. Em relação ao primeiro prazo o mesmo encontra-se bastante comprometido, uma vez que o orçamento ainda não havia sido aprovado pelo Congresso. Disse ainda, em relação à LOA 2006, que há uma Portaria do MP disciplinando os prazos para propostas dos órgãos, orientando para que sejam encaminhadas aos monitores 2 meses antes dos prazos estipulados. Em relação ao orçamento de 2007, a fase qualitativa (proposta de novas ações) estaria se encerrando até meados de maio e, em relação à fase quantitativa, avaliou que as propostas de valores poderiam ser encaminhadas aos órgãos em junho. O Presidente do Consea, Francisco Menezes, iniciou o debate apontando que, de imediato, haveria a proposta de criação de ações para a carteira indígena e para o incentivo ao SISVAN. Apontou, ainda que, para junho, as instâncias e o pleno, definam as propostas para o PLOA 2007, mas o debate com os ministérios deve se iniciar antes deste prazo. Roberto Vizentin, representante do MMA, apontou que o Consea deveria intervir também na fase anterior, de definição dos montantes para os ministérios, devendo se buscar a ampliação para contemplar programas estratégicos. O conselheiro Ribamar colocou que o Consea deveria resgatar a missão de assessorar a presidência e não só agir junto aos ministérios. A conselheira Elza apontou que na reunião anterior faltaram justificativas para a baixa execução de alguns programas e viu-se a necessidade de acompanhar alguns, questionado sobre os encaminhamentos dados depois da última plenária. Flávio Valente retomou a questão dos prazos. O Conselheiro Renato Maluf abordou que há questões que são de gestão do governo e sobre as quais não devemos nos pronunciar e que há acúmulo suficiente quanto aos Programas Prioritários e aos problemas de desempenho. O Encontro Nacional vai também fazer um balanço e trazer elementos para a proposta para 2007. Desta forma, este acúmulo e as prioridades já elencadas desde o ano passado seriam importantes de serem pontuadas neste momento em que o governo está desenhando seu orçamento para 2007. A conselheira Regina Miranda levantou sua preocupação com a fase

qualitativa de construção do orçamento, uma vez que estava zerado o orçamento para a ação "Atenção à Saúde da Pop. Quilombolas". Questionou o aumento dos recursos para a questão da anemia ferropriva e a redução para a demarcação das terras quilombolas. O representante do MDS, Crispim Moreira, esclareceu o processo de distribuição dos limites para os órgãos e posterior alocação entre programas; essa definição, normalmente, é de 5% a mais ou a menos que no exercício anterior. Roberto Vizentin esclarece a questão do Flávio Valente, de que não se pode passar todo o debate no nível dos ministérios, pois se reduz o espectro político da discussão e se passa para uma disputa dentro dos ministérios ou entre eles, como no caso da carteira indígena. Chico Menezes esclareceu que o Consea encaminhou exposição de motivos com o debate de março, não acha prudente uma discussão sobre se o MS deve ter mais ou menos recursos, propôs encaminhar de imediato nova exposição de motivos recolocando as questões e as prioridades; propôs, ainda, a retomada do GT Orçamento até se chegar às propostas para 2007 e para suplementação de 2006. O representante do MP se comprometeu a esclarecer sobre o PRONAF. Quanto ao gasto social, poderia enviar demonstrativo de aumento do gasto social. **(TARDE)** O Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, Senhor Rômulo Paes, foi convidado pelo Presidente do CONSEA para apresentar o painel sobre os Resultados de Estudos e Pesquisas coordenados pelo MDS. O Secretário agradeceu o convite e a oportunidade de mostrar o acumulo de 2 anos de trabalhos realizados pelo órgão. Sobre os princípios da política de monitoramento e avaliação do MDS, o secretário destacou como fator importante a transparência, ressaltando que todos os estudos e bancos de dados serão disponibilizados na internet. Destacou ainda a avaliação pelo Banco Mundial e pela FAO. Um dos papéis principais da SAGI/MDS é contratar avaliações além de fazer, a própria secretaria, o monitoramento. Em seguida o secretário fez explanação sobre os eixos e ressaltou a qualificação da equipe de 40 pessoas hoje envolvida, sendo 6 doutores e 20 mestres e especialistas. O Secretário explicou como funciona o sistema de avaliação e monitoramento dos programas de segurança alimentar; dando como exemplos de avaliação de programas, o PAA Grãos (Nordeste); PAA Leite e Cisternas e a Matriz Fome Zero e a Chamada Nutricional, como Monitoramento. Sobre o Sistema de Avaliação dos Programas de Segurança Alimentar iniciou dizendo que a SAGI realiza a definição da avaliação a ser realizada e verifica a relevância do estudo proposto; seguindo após, todo um legado de tramites como: Termo de Referência - SAGI/ SF (Elaboração do TOR pela SAGI, Revisão do TOR pela SF) até chegar à Contratação - Órgão de Cooperação Internacional (Aprovação do TOR, Contratação da instituição executora (IE) que apresentar melhor projeto); Reunião/ Definições importantes - SAGI/ SF/ IE (Definição de questões relevantes para o estudo, disponibilidade dos dados necessários para a realização da pesquisa); Pesquisa/ Acompanhamento - SAGI/ IE (Desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa, Realização da pesquisa (IE), Visitas ao campo, Avaliação dos relatórios parciais e finais) e o Resultado Final - SAGI/ SF/ IE (Apresentação dos resultados finais ao MDS, Recomendações da avaliação (IE). O Secretário apresentou ainda o estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA - Região Nordeste, cujos objetivos visam comparar a cadeia de

implementação das diferentes modalidades do programa, mapeando os fluxos de implementação; avaliar as percepções dos agricultores beneficiados e não beneficiados. Além disso, a metodologia utilizada faz o levantamento e análise de dados da CONAB e dos convênios realizados com estados e municípios para seleção das localidades a serem estudadas; entrevistas com os gestores do programa (MDS e CONAB ou MDS e estados e municípios, no caso da compra local), representantes de associações beneficiárias e cooperativas de agricultores familiares; aplicação de questionários com os agricultores beneficiados e não-beneficiados. Os principais resultados são que as receitas de comercialização da produção agrícola dos beneficiários é quase três vezes superior às dos não-beneficiários; Preços pagos pelo PAA são, em diversos produtos, superiores àqueles oferecidos em outras formas de comercialização. Além disso, o programa demonstrou eficácia em pontos como: Aspectos estruturantes: os benefícios do Programa se estendem além de seus beneficiários: adaptação dos agricultores a sistemas mais complexos de comercialização; intermediários passam a praticar uma relação mais justa com os agricultores, mesmo aqueles não inseridos no PAA; Criou mercados onde não existiam e alterou a relação entre produtores e intermediários; A procura pelo programa é superior à capacidade de atendimento; Eficiente como mecanismo de promoção de comercialização ao gerar efeitos estruturantes na segurança alimentar das famílias carentes, de promoção social e valorização do agricultor. Os agentes locais se mobilizaram para atingir o público alvo do Programa. Outras instituições governamentais e movimentos sociais foram envolvidos no direcionamento de ações locais. Apresentou ainda, os aspectos passíveis de revisão ou melhoria, como melhorar a articulação do PAA com os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, integrar o programa com alternativas de meios de transportes para permitir o acesso a não-beneficiários que residem em lugares mais afastados; Incorporar os não-beneficiários, pois em média, apresentam piores condições sócio-econômicas que os beneficiários e menores hectares de terra. Sobre os aspectos passíveis de revisão ou melhoria, apresenta-se como sugestões dos beneficiários: aumento do valor de limite de compra (19%) e do preço pago pelo PAA (7%); melhoria da assistência técnica (12%) e do Proagro; necessidade de articulação do PAA com outros programas e esferas de Governo; *timing* mais adequado da disponibilização dos recursos (16%), além de planejar metas como: absorção de excedentes, estímulo a regiões produtoras afastadas dos mercados mais estruturados, identificação de nichos de produção não explorados, de modo a aumentar o alcance e a eficiência do Programa; Formalizar mecanismos de planejamento, uma instância multilateral superior e instituir mecanismos de monitoramento transparentes e abertos, com o objetivo de aprimorar a gestão do Programa. Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Leite, são objetivos do mesmo avaliar o processo de seleção dos agricultores beneficiários do programa; avaliar as percepções sobre o programa, por parte beneficiários e não-beneficiários, sobre: a divulgação do programa, sua inscrição, o processo seletivo, a relação com os governos estaduais, pontos positivos, obstáculos para sua participação, nível de preço e incentivos gerados, bem como propostas de mudanças, avaliar as percepções sobre o programa

por parte das famílias beneficiárias e não beneficiárias sobre os seguintes aspectos: recepção de leite, conhecimento sobre o programa, acesso, processo seletivo, efeitos percebidos. Sobre a metodologia do programa, foi feito o levantamento e análise de dados dos convênios realizados com os estados para seleção das localidades a serem estudadas; entrevistas com os gestores do programa em seus vários níveis; Grupos focais e aplicação de questionários com as famílias e agricultores beneficiados e não-beneficiados. Os principais resultados/ Impactos do PAA-Leite foram: Afetou o preço e a produção na maior parte dos estados beneficiados e o efeito tende a ser maior onde o Programa oferece preços mais elevados e tem maior participação percentual na produção. Foram calculados os efeitos sobre a renda dos produtores com a extinção do PAA-Leite, com os seguintes resultados: (o que considera ser efeitos positivos do programa) melhoria nas condições de higiene e na qualidade dos produtos lácteos; Pelo menos 20% dos produtores adotaram novas técnicas de ordenha em resposta às exigências do Programa em relação aos padrões de sanidade e higiene e houve a universalização da vacinação contra a febre aftosa; Ampliação e estabilidade do mercado e elevação dos níveis de emprego e renda nas regiões beneficiadas. O número de resfriadores de leite instalados na região se expandiu em 40%; O uso de tratores, forrageiras, caminhões e computadores cresceu, respectivamente, 15%, 17%, 27% e 35%. 26% dos produtores declaram ter adquirido novos animais, geneticamente superiores aos que vinham sendo utilizados. 15% das usinas de processamento de leite adquirido pelo programa foram criadas após a sua implantação; 12% produzem apenas para o Programa. Na média, 54% da produção efetiva das usinas se destinam ao Programa. Melhoria no padrão alimentar das populações mais carentes que recebem o leite ofertado. São problemas identificados no Programa, seleção dos beneficiários: Ineficiência para incluir pequenos agricultores familiares no rol de fornecedores, sobretudo porque o processo de seleção é operacionalizado pelas usinas, sem que sobre elas seja exercido um controle efetivo. Apenas entre 25% e 30% dos fornecedores teriam perfil produtivo compatível com aquele priorizado; Ausência de transparência no processo de escolha dos beneficiários; Grande parte dos pequenos agricultores familiares não consegue chegar ao Programa, porque falta estímulo na fase do acesso. Conflito entre metas para a distribuição do leite e o objetivo de adquiri-lo exclusivamente dos pequenos agricultores; Descumprimento, por parte das usinas, da cota semestral de R\$2.500,00 para a aquisição do leite de cada produtor; Evidências de que grandes e médios produtores utilizariam DAPs, emitidas em nome de pequenos produtores, para formalização da venda de leite às usinas; Insistência para o imediato cumprimento da cota deverá implicar na redução do volume de leite captado pelo Programa e, conseqüentemente, na redução da oferta do leite destinado aos grupos carentes; Comunicação com o público-alvo: O MDS não dispõe de um canal direto de comunicação com o beneficiário. Essa tarefa é delegada aos governos estaduais e às usinas, que nem sempre conseguem divulgar as informações de forma tecnicamente adequada. Pagamento do leite: Atrasos no pagamento do leite adquirido. O pequeno agricultor que não tem capital de giro para esperar o prazo exigido pelo Programa para o pagamento do leite, se sente obrigado a abandoná-lo. Estratégias sugeridas para a

superação dos problemas/ Seleção dos beneficiários: Auxiliar os pequenos agricultores a romper as barreiras que dificultam sua incorporação ao mercado, para isso: Levantar a localização geográfica desses produtores; Analisar a viabilidade econômica de sua organização em grupos, para fins de fornecimento de leite ao Programa; Promover sua organização e capacitação; Financiar os equipamentos necessários ao armazenamento de sua produção; Incorporar esses produtores ao Programa; Instituir um processo padronizado e transparente de seleção de beneficiários definindo datas, locais e regras para as inscrições e o julgamento dos candidatos. As relações de inscritos e os relatórios das comissões encarregadas pelo julgamento devem ser publicadas e disponibilizadas às autoridades superiores; Exigir dos estados participantes maior esforço na promoção e apoio à organização dos pequenos produtores em Associações; Além disso, flexibilizar, no curto prazo, a decisão relativa à cota semestral de R\$ 2.500,00, para aquisição do leite; Manter como limite de aquisição diária a quantidade máxima de 100 litros/produtor exclusivamente a agricultores portadores de DAP, com o seguinte critério de remuneração: Até 30 litros, ao preço regularmente oferecido pelo Programa; Para o restante do leite (até 70 litros/produtor/dia) seria pago um percentual a menos que o preço pago regularmente pelo programa; O percentual a menos por litro constituiria um fundo destinado ao financiamento da formação de grupos de agricultores familiares, que passariam no momento subsequente à condição de fornecedores. Comunicação com o público-alvo: estabelecer canais de comunicação direta e sistemática, tanto com os agricultores familiares quanto com os beneficiários finais. Pagamento do leite: Reduzir o prazo de pagamento do leite adquirido pelo Programa e adotar providências que garantam o pagamento rigorosamente em dia. O pagamento semanal poderia ampliar a participação dos agricultores familiares. Outros: Canalizar recursos de outros programas correlatos, com o propósito de ampliar o impacto do conjunto, sobre os objetivos perseguidos pelo Programa. Estudo do impacto do Programa Cisternas sobre a vida dos beneficiários e qualidade da água, cujos objetivos são: Avaliar a melhoria da qualidade de vida da família em função da qualidade e quantidade de água potável ofertada pelas cisternas rurais; Analisar a adequação da fonte de água potável (cisternas e outras fontes de água); Determinar um Índice de Escassez de Água Potável para consumo humano proveniente de cisternas rurais, em função dos benefícios diretos conseguidos na economia de tempo antes dedicado à obtenção da água de beber, principalmente pelas mulheres e crianças; Metodologia: O estudo trabalhou com o conceito de Unidades Geoambientais representativas do Semi-Árido brasileiro; Questionários em 3.517 domicílios de famílias beneficiárias. Durante as entrevistas também foram coletadas amostras de água das cisternas e medidos os telhados para cálculo das áreas de captação. Principais Resultados: 97,31% das 3.517 famílias entrevistadas estão satisfeitas com sua cisterna domiciliar. Perfil dos beneficiários – Focalização do Programa: 22,75% das famílias estudadas estão diretamente envolvidas em atividades agropecuárias, sendo a maioria trabalhadores rurais assalariados, com salários médios iguais ou inferiores ao salário mínimo vigente. Dentre as famílias beneficiadas detêm o perfil das famílias mais carentes da região semi-árida. A pesquisa identificou uma

ausência generalizada dos serviços públicos essenciais nas comunidades analisadas para atender às famílias beneficiárias do Programa Cisternas. 85,13% das famílias beneficiárias apontam que a água, originária de fontes convencionais existentes na comunidade ou na proximidade, era poluída. Das 119 fontes principais (fontes de água subterrâneas e superficiais, utilizadas para abastecimento humano) analisadas, 68 (57,14%) estão fora dos padrões de potabilidade recomendados. A proporção de cisternas domiciliares não afetadas pela contaminação microbiológica foi significativa, face às condições adversas existentes no Semi-Árido e às precárias condições de vida da maioria dos beneficiários. 55,95% das cisternas possuem água potável, o que permite concluir que a água não potável identificada se deve a fatores externos (água proveniente de fontes contaminadas) ou a fatores decorrentes da inadequada gestão de uso em âmbito familiar e, não necessariamente, à qualidade e à efetividade das cisternas. Tendência de contaminação microbiológica das águas das cisternas domiciliares por dois motivos: falta de abastecimento de água potável imediatamente após a construção das cisternas; necessidade de a família recorrer ao método convencional de água por meio de carro-pipa, sem capacidade de controle da qualidade da água transportada; 88,41% das famílias estudadas têm suas águas armazenadas em condições adequadas que permitem a manutenção da potabilidade. Entretanto, esta informação não é conclusiva, pois 46,78% das cisternas não tinham seis meses de construídas; 91,6% das famílias estudadas não realizavam nenhum tipo de tratamento de água antes de conquistarem suas cisternas; 21,24% (747) das cisternas têm limitação de área de captação, porque o telhado das casas tem duas águas, porém só uma calha, ou por ter apenas uma água e uma calha. O volume de água (16,00 m³) das cisternas é suficiente para atender às famílias com cinco pessoas. Famílias maiores continuarão na dependência de outras fontes hídricas nos períodos secos, sendo a água muitas vezes transportada em condições que não asseguram potabilidade para consumo humano; 72,85% das famílias estudadas dedicavam por volta de 120 minutos por deslocamento por semana, antes do Programa, na tarefa de buscar água para atender às suas necessidades básicas de uso doméstico. Sobre a capacitação: 49,96% das famílias estudadas estão aplicando o conhecimento compartilhado nas diferentes formas de capacitação sobre a retirada da água, construção e limpeza da cisterna e armazenamento da água retirada. O recomendado, dado o número significativo de famílias que ainda não realizaram nenhum tipo de tratamento de água (39,15%), sugere-se, um curso de capacitação por semestre, durante dois anos, *ainda sob a responsabilidade do Programa*. Isso para que haja, tanto no período das chuvas como no período seco. Todas as cisternas devem ser dotadas de bomba para facilitar o processo de retirada da água da cisterna, e reduzir os riscos de contaminação da água de beber - apenas 36,93% das cisternas contêm bombas. Recomenda-se, porém, como 26,4% das famílias ainda não estão sendo atendidas em suas necessidades básicas de água potável, sugere-se encontrar alternativas para aumentar as áreas de captação de água das cisternas já construídas e verificar a possibilidade de incorporar tipos de cisternas com maior capacidade de armazenamento de água ou aumentar o número de cisternas por família, quando estas

ultrapassarem o número de seis pessoas por domicílio, principalmente em territórios com menor precipitação média. Pesquisas em fase de finalização: Pesquisa domiciliar longitudinal - Impacto do PBF no gasto e consumo das famílias; Avaliação do impacto do programa sobre gastos com alimentação, educação e saúde; medidas antropométricas e indicadores de desnutrição; empoderamento e capital social; relações de gênero e alocação intrafamiliar de recursos. Suplemento sobre insegurança alimentar (PNAD 2004). A pesquisa identificará o grau de insegurança alimentar da população brasileira, utilizando como conceito de insegurança alimentar o acesso limitado a uma alimentação de qualidade suficiente e quantidade necessária para o bom desenvolvimento humano por parte de indivíduos em uma população. Chamada Nutricional Quilombola: Projeto Zanauandê - O estudo visa estimar a prevalência da desnutrição protéico-energética, de sobrepeso e do baixo peso ao nascer, além de identificar o recebimento de benefícios sociais pelas famílias quilombolas. Chamada Nutricional para Crianças Menores de Cinco Anos de Idade Residentes no Semi-Árido e Assentamentos do Nordeste e Norte de MG, cujos objetivos gerais são: Avaliar a situação nutricional das crianças menores de cinco anos de populações que vivem no Semi-árido e nos assentamentos do NE e Norte de MG vacinadas em 20 de agosto de 2005 (2ª etapa da Campanha Nacional de Vacinação). Sob a justificativa do Monitoramento da situação nutricional como instrumento privilegiado para planejamento e avaliação de políticas públicas; Dados nacionais desatualizados; Ausência de informação para grupos populacionais e/ou áreas geográficas específicas (semi-árido e assentamentos), Metodologia: Aplicação de questionário e aferição de peso e comprimento/estatura de amostra de crianças menores de cinco anos de idade que compareceram a 2ª etapa da Campanha Nacional de Vacinação; Coleta de dados realizadas por equipes locais de saúde treinadas por profissionais de saúde; Pesquisa coordenada por interlocutores estaduais (pesquisadores de universidades e técnicos da área de alimentação e nutrição das Secretarias Estaduais de Saúde); Envolvimento de 2.756 técnicos e auxiliares de saúde; Amostra do semi-árido: 17.587 crianças menores de cinco anos de idade em 277 municípios; Amostra de assentamento rurais: 1.428 crianças menores de cinco anos de idade em 77 assentamentos de 40 municípios. Alcances: Atualização e ampliação dos dados disponíveis sobre situação nutricional de crianças no Brasil; Visibilidade de Populações específicas em vulnerabilidade em termos sociais, de saúde, de fome e de insegurança alimentar; Capacidade de trabalho em Rede com elevada capilaridade; Demonstrou ser factível o monitoramento da situação nutricional das crianças brasileiras no contexto das campanhas nacionais de vacinação como subsídio ao planejamento de políticas públicas. Contribuiu para o treinamento e atualização de equipes de atenção básica que são responsáveis pela vigilância nutricional - 2.935 trabalhadores em saúde treinados; Favoreceu o acesso de crianças com déficit nutricional aos serviços locais de saúde e de assistência social. Pesquisas em andamento: Inquérito Nutricional Indígena (Parceria FUNASA/MDS) conhecer a situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes da população indígena, em especial, de crianças menores de 5 anos e mulheres em idade fértil de 14 a 49 anos. O universo de interesse desta pesquisa são crianças menores de 5 anos e

mulheres em idade fértil de 14 a 49 anos indígenas distribuídos nos 34 DSEIs, representativa de 4 regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul/Sudeste). A amostra foi selecionada em todos os DSEIs, considerando ainda a concentração de aldeias nos territórios e prevalência de desnutrição infantil, com 9.607 crianças e 9.213 mulheres. Chamada Nutricional Quilombola: Projeto Zanauandê - O estudo visa estimar a prevalência da desnutrição protéico-energética, de sobrepeso e do baixo peso ao nascer, além de identificar o recebimento de benefícios sociais pelas famílias quilombolas. A amostra do projeto Zanauandê foi calculada e selecionada por estatísticos do IBGE empregando técnicas de seleção aleatória e por conglomerado, resultando em 60 comunidades localizadas em 22 estados. O presidente Chico Menezes, após a apresentação do Secretário Rômulo Paes, abriu o tempo no plenário do CONSEA para os esclarecimentos e sugestões, convidando o representante do MDS Crispim Moreira para a mesa; em seguida solicitou que a apresentação feita fosse disponibilizada para os Conselheiros. O Conselheiro Ubiraci Dantas (Bira) solicitou esclarecimentos sobre o que pode ser considerado rejeição ou não, tendo em vista o aspecto subjetivo, ligado à satisfação individual; Flávio Valente considera que trata-se de um avanço fundamental em termos de avaliação e monitoramento, trata-se de avanço também metodológico, ao incorporar altura/idade (e também peso e idade); ressalta o impacto do Bolsa Família sobre as mães e sobre as crianças pós-aleitamento, o que é positivo e mostra efetividade do Programa. O representante registrou o seu apoio ao fato de as chamadas nutricionais substituírem as pesquisas de 20 mil pessoas, que só permite ver indicadores em níveis regionais. A conselheira Elza Braga expressou seu contentamento com os resultados apresentados, em especial do PAA Leite, pois contradiz informações dos CONSEAs Estaduais de que os agricultores familiares não entraram no programa porque não queriam. A conselheira apoiou o caráter da pesquisa, de servir de suporte à gestão dos programas, e colocou a questão discutida da CT3 de que o Programa Bolsa Família não permitiria a inclusão das famílias em situação de alta vulnerabilidade. O Secretário Rômulo respondeu apresentando a nova publicação do Ministério com dados de 2005. Reforçou ainda a questão do aprimoramento dos mecanismos de comunicação com entes externos aos ministérios. O Diretor Crispim Moreira acrescentou sobre o convite do Conselheiro Naidison, representante da ASA, articulação do semi-árido, informando que esta é uma rede parceira e que tem realizado oficinas com esses parceiros, reforçando o compromisso de registrar essas oficinas na agenda de eventos do Ministério. O Conselheiro Renato Maluf posicionou-se dizendo tratar-se de uma boa plenária. Com a informação do aumento do per capita e com a apresentação do Secretário Rômulo - esse parece ser mais um componente do sistema de SAN, relativo à geração de conhecimentos e informações; a questão é como fazer com que a avaliação seja permanente; o modelo atual é de realização periódica de editais; o que se precisa é que esses editais sejam feitos continuamente. O conselheiro questionou ainda sobre a sede da base de dados, que já foi informado pelo secretário que seria a ANPOCS, e citou o exemplo anterior da base de dados de SAN montada em 94, que ficou no IPEA e não continuou; o conselheiro posicionou-se contrário a idéia de que o Banco de Dados permaneça

nas universidades, a exemplo dos dados de agricultura nos EUA; disse da necessidade de que as informações sejam difundidas de forma ágil e permanente (a exemplo também das informações dos EUA). O Conselheiro Éldo Bonomo concordou que a apresentação veio suprir a carência de dados e indicadores com isenção quanto aos resultados, em seguida foram apresentados os seguintes questionamentos: 1) Sobre o PAA. Há informações sobre desvios do PAA Leite, relacionados à gestão pelos governos estaduais. Quais das recomendações foram implementadas? Elas já foram encaminhadas para os estados e publicizadas? 2) A Chamada Nutricional: coordenou o trabalho em MG e confirma a dificuldade para obter os dados, pergunta se faltam dados, pois previa-se 20.000 crianças e ele apresenta só 17.000. 3) Perspectiva de continuidade/periodicidade de novas chamadas nutricionais. O Presidente do CONSEA fez referência à presença dos representantes da FAO Brasil: José Tubino, Eliana e Gustavo. Em seguida, o representante da FAO, José Tubino, disse que o CONSEA está em nova fase, agora já colhendo resultados de trabalhos anteriores, como no caso do PNAE e também do Monitoramento e Avaliação; sendo importante porque o Brasil é referência internacional. A FAO tem interesse em avaliar o Fome Zero, no sentido de sistematizar a experiência, com vistas a estender ações para o Caribe (onde o Graziano é o Coordenador atualmente) – Programa América Latina sem Fome e aliança internacional. Assim o CONSEA já tem dimensão internacional; hoje se realiza conferência regional da FAO, na qual participa delegação brasileira de alto nível; em relação ao Encontro Nacional de SAN avaliou que este é o momento de “mostrar a cara”, aliás, deve-se divulgar informações para a mídia nesse e em outros eventos, para todo o país. Falou ainda sobre a I Conferência Mundial de Frutas, Legumes e Hortaliças, onde se espera a presença de conselheiros. O presidente Chico Menezes disse que se deve programar outros momentos de apresentação de resultados de outras pesquisas na medida em que forem ficando prontas; e se possível que os dados sejam disponibilizados para análise pelos conselheiros, e agradeceu pela contribuição. O Secretário Rômulo Paes disse que o modelo de avaliação deve prever formas de divulgação; no caso da chamada nutricional houve uma apresentação em SP, com alguma repercussão na mídia; e o mesmo acontecerá em Recife. Uma estratégia é publicar dados no caderno de debates do MDS. Sobre a base de dados, deve ficar em instituições que sejam o mais (...) possível, no caso num conjunto de universidades; idéia de ficar no site do MDS, está se estudando instrumentos jurídicos para isso. O presidente do CONSEA deu informações sobre o relatório sobre a LOSAN que havia ficado pronto no Gabinete do Deputado Feu Rosa e em seguida passou para os informes das instâncias. A Comissão Permanente 2 – SAN das populações negras informou sobre a mudança na data do seminário SAN das Populações Negras para a 2ª. semana de agosto e que para a próxima plenária farão balanço das ações em Sto. Amaro da Purificação. As Comissões CP 3+4 já haviam informado sobre o ENSAN. A Comissão Permanente 6 – DHAA informou sobre a resolução de criação do GT executivo do CONSEA para elaborar proposta de institucionalização do sistema de monitoramento; Flávio Valente lembrou da inclusão do Ministério do Planejamento no grupo. Em seguida passou-se para o ponto seguinte, referente ao Plano Safra

da Agricultura Familiar 2006/2007, apresentado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que iniciou a apresentação da proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Ministro informou que neste governo o plano de safra passou de 2 para 5 bilhões e houve a inclusão de 1 milhão de novas famílias no sistema de crédito, por acesso aos novos programas; isso representa a recuperação de um espaço de cidadania e lembrou do debate do Plano Safra no CONSEA, em 2003, com propostas de diferenciação para a Agricultura Familiar: criação de novas linhas para atender a políticas específicas (Mulheres, Jovens, Semi-Árido, Florestas, Agrecolgia, Agroindustrias, etc). O ministro lembrou que o PRONAF completa 10 anos. Em 2006 buscou-se tecer malha de discussões com movimentos, CONSEA, bancos, outros ministérios, visando fazer balanço dos avanços e desenhar o novo plano. Propostas: rever limites/tetos dos grupos; rever parte do seguro e ATER, mas o principal é avançar na comercialização; pensar-se na criação de um PRONAF comercialização, de forma a fechar a rede de política pública para a agricultura familiar; isso está sendo construído dentro do governo e também junto aos movimentos sociais; e conta-se com o debate e o apoio do CONSEA no sentido de acompanhar se está avançando e percorrendo o caminho certo. Em seguida o representante do MDA Adoniram Peraci comentou os seguintes tópicos: importância da ATER e demais componentes para consolidar o crédito, senão o PRONAF vira uma "grande aventura financeira"; a inclusão dos diferentes segmentos é um processo em construção, da mesma forma que o próprio PRONAF, tendo sido aberto espaço para o crescimento dessas questões. Citou ainda o esforço de mobilizar a rede de bancos públicos, inclusive capacitando gerentes para o atendimento dos agricultores familiares. Falou, ainda, sobre os estudos de impacto de crédito PRONAF nos 100 municípios que mais contrataram, da importância da Agricultura Familiar no PIB (1/3 do PIB Agrícola e 27% do PIB do estado do RS) e vários outros em andamento. Sobre o Plano de Safra, falou do estímulo à diversificação produtiva com diferentes mecanismos (50% a mais de crédito para diversificação de cultivos (sobretetos); atualização automática dos valores de financiamento pelas planilhas dos agentes financeiros; focalização dos instrumentos de Extensão Rural e de mercado; "Mesa de concertação" das cadeias produtivas de leite, café e uva; "Crédito sistêmico" - Custeio pecuário e B sistêmico. A crise atual da seca no Sul evidencia a importância da diversificação. As medidas gerais aplicadas visam a elevação de tetos de financiamento e renda de enquadramento nos grupos do Pronaf; "Trator popular"; "Porta de saída"; continuidade do processo de simplificação de acesso ao crédito; Plano de Safra Territorial. O representante do MDA, Herlon Almeida detalhou o componente comercialização dizendo que o degrau deste ano é o tema da comercialização, em termos de qualificação, vem complementar a ampliação e diversificação; depois, veio o seguro e ATER; hoje, há crise do setor agrícola, não de dívidas, mas de preços, ao contrário do que diz a mídia e o setor patronal; mas o remédio não é adiar dívidas e sim a intervenção do governo no mercado visando melhorar os preços. Os instrumentos a serem utilizados a partir deste ano visando empoderar a agricultura familiar: Discussão das cadeias produtivas (políticas setoriais); articulação com movimentos sociais e sistemas de ATER para ter metodologia de preservação

de crise = observadores do mercado agrícola com foco na Agricultura Familiar; relação com MDIC para programa agroindustrial (uva e vinho), prevendo-se estender para a cadeia do leite, visando melhorar a capacidade de gestão dos órgãos econômicos. Comentou sobre os instrumentos de apoio à comercialização: PAA, agora também com o MDA (118 milhões): deve-se dialogar com o MDS para novas modalidades, com ênfase na alimentação escolar; AGF e EFG: aquisição do governo federal e empréstimo do governo federal - neste último o dinheiro volta após a venda dos estoques pelos agricultores. Falou, ainda, sobre o PRONAF cota-parte e o principal, que seria o PRONAF comercialização, ainda com dificuldades de convencimento interno, mas que vem atender a uma das propostas da Pol Nac de Abastecimento proposta pelo CONSEA em nov. de 2005. O presidente Chico Menezes abriu para o debate informando que a CT1 não faria pronunciamento. O conselheiro Altemir Tortelli iniciou falando que a falta de garantia de preços tem forte impacto sobre a Agricultura Familiar, mais que para os grandes produtores, o que evidencia a necessidade de fortalecer a ação governamental para isso, inclusive em termos emergenciais com os 300 milhões para a AGF. O conjunto das iniciativas do MDA avança para intervir no modelo de desenvolvimento desejado, em alternância à monocultura; mas esse é um problema estrutural cujo tratamento deve seguir nos próximos anos. O conselheiro Renato Maluf disse que para continuar o aperfeiçoamento é importante a perspectiva de incorporar a diversificação, no sentido de superar a abordagem por produtos; seria importante também a integração de Programas (PRONAF e PBF) e também no nível territorial; o desafio é fazer o parecer a SAN no nível territorial. Quanto à crise, o conselheiro disse que se trata de uma crise de preços para a agricultura familiar e não uma crise geral; é interessante que no momento em que se diminui a pobreza e aumenta o acesso à alimentação, o CONSEA se manifestar apoiando a iniciativa emergencial. Sobre a ATER, disse ser o principal instrumento para introduzir enfoque de SAN e da alimentação saudável e isso nunca foi muito discutido. Em seguida passou-se a palavra ao Ministro Gregolim que cumprimentou a mesa e disse ser a primeira vez em que participa da reunião como ministro. Reafirmou compromisso da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, sendo a SAN uma das diretrizes da I Conferência Nacional da Pesca; comentou que haveriam cerca de 500 mil pescadores, além de aquicultores e outros seguimentos e haveria alto grau de analfabetismo e diversos deságios para melhorar a inserção no mercado. Entre estas ações testemunhou parceria com o MDA para crédito (PRONAF Pesca) além de 7 milhões para ATER, tem tido grande impacto positivo para os pescadores. Há iniciativas de aproximação pescador-consumidor com aumento de até 50% da receita dos pescadores; é louvável o esforço do MDA e do Governo. O representante do MMA, Roberto Vizontin apoiou o esforço do MDA; e disse que o MMA se soma ao esforço de construção do plano garantindo-se tratamento diferenciado para os vários seguimentos; comentou da preocupação de que o esboço do plano de safra se deve ao apoio das organizações, mas há grande contingente que não tem produção em condições de chegar ao mercado; então, a ênfase excessiva na comercialização não pode (...) a diferenciação da própria base dos agricultores familiares. A conselheira Regina Miranda disse tratar-se de uma

boa novidade que as políticas vão além da produção, chegando também à comercialização. Há que se pensar não só nos mercados em geral, mas também em especial, no mercado institucional, garantindo o acesso dos agricultores familiares a esse mercado e que se pense no marco legal para isso, pois há impedimentos legais para a participação dos Agricultores Familiares; isso implica rever a lei 8666, além da legislação sanitária e na ATER. Em seguida anunciou-se a saída do ministro Guilherme Cassel para tratar de questões relativas ao próprio plano safra, deixando registrados dois pontos: 1) o plano de safra territoriais. O MDA investiu em consolidar mais de 100 territórios; só para o Plano Safra são mais 600 municípios; dado esse avanço, é onde se pode tirar mais frutos e superar as grandes dificuldades como mais de 50% das famílias estarem fora do sistema. 2) AGF - 300 milhões para Agricultura Familiar: antecipação de medidas do governo foi positiva; há ainda desafios para efetivar essa medida; é importante que isso seja disponibilizado nas próximas semanas. A Conselheira Aldenora pediu a palavra e ao pronunciar-se disse que participou de curso sobre desenvolvimento territorial, é servidora da EMATER há 12 anos, cedida para a pastoral da criança; e testemunha os esforços do MDA e o grande aposte dos recursos para a EMATER – PB. A conselheira Maria Emília reforçou a fala do conselheiro Altemir Tortelli e Renato Maluf no que diz respeito as iniciativas emergenciais, com destaque para o AGF. Reforça e amplia a via de integração das ações: plano de safra deve ter o seu sentido ampliado, englobando as iniciativas no âmbito do MMA (Comunidades Tradicionais/Proambiente), é necessário consolidar esses programas e avançar para pensar as realidades dos diferentes ecossistemas e populações; para isso é importante integrarem-se MDA, MDS e MMA; o próximo GT Plano Safra deve reunir esses ministérios e os movimentos sociais. O representante do MDA, Adoniram Peraci disse não se tratar só de menores taxas de juros, mas também de rever todo o sistema de instituições do desenvolvimento rural, hoje, há 9 EMATERs com edital de contratação de técnicos; disse que concorda com as críticas feitas pelos movimentos quanto à falta de recursos para a ATER; precisava de R\$ 300 milhões para ação efetiva e abrangente; o PAA conseguiu fazer negócios com seguimentos muito complexos, mas há um segmento de organizações de Agricultores Familiares que requer recursos a taxa compatíveis (cooperativas de AF); a CONAB tem papel central nesse processo, chegando mais próximo das bases; o representante do MDA se dispôs ainda a seguir o debate sobre o crédito sistêmico e sobre o tema do seguro. O presidente Chico Menezes informou que será encaminhada uma exposição de motivos de apoio às medidas emergenciais com ênfase na AGF; e em apoio às propostas do Plano de Safra, agradeceu a participação dos representantes do MDA e passou aos encaminhamentos das instâncias. A Conselheira Azelene Kaingang falou que a carteira indígena foi uma das únicas ações estruturantes, lendo uma proposta de recomendação, e complementou que o relatório sobre a carteira indígena deve ir em anexo (é de 19/04/2006). Em seguida o presidente Chico Menezes abriu para discussão sobre a recomendação. O representante Marco Aurélio do MDS disse ver a necessidade de discutir não o mérito da recomendação, mas propôs que fosse adiada a votação do referido documento, por dois motivos. 1. A recente aprovação do orçamento, pois houve

corte de recursos das dotações do MDS, o que requer rever o conjunto da distribuição; e não se pode simplesmente retirar recursos de outras ações que são também prioritárias; e 2. Está previsto realização de seminário para discutir especificamente a carteira indígena, com todas os parceiros (MDS, MMA, FUNAI, CONSEA), que são solidários, inclusive, quanto ao aporte de recursos. Acrescentou que os projetos já aprovados (mais de 200) tem que ter efetividade, e que hoje não há processos de monitoramento e avaliação; com isso propôs que a recomendação aguardasse a avaliação a ser feita nesse seminário, onde devem ser definidas as participações dos diversos órgãos no financiamento da ação e que o MDS coloca-se a disposição para fazer essa negociação. O representante lembrou ainda que quando o MESA foi criado havia 1,6 bi, porém sem capacidade de execução, daí a opção de fazer pareceres; em 2004, caiu para 400 milhões, e hoje, o MDS não é mais financiador, é implementador; portanto há que se rever o papel de financiador. O diretor Crispim Moreira destacou de dois pontos da recomendação. No final: há outras ações do MDS que caminham no sentido de atender às obrigações; há também 59 CRAs em áreas indígenas e mais 10 em 2006, PETI e transferência de renda. Colocou ainda a necessidade de uma ação orçamentária para a carteira indígena, o que considera um primeiro passo importante. O representante do MMA Roberto Vizentin apresentou a coordenadora da Carteira Indígena do MMA, Lylia Galetti, e Cláudia, que coordena a área de agroextrativismo do MMA. Disse concordar com a necessidade de avaliação dos projetos, no entanto, considera que votar a recomendação não resolve o problema, pois não garante o aporte de recursos. Houve esforço de diálogo com o MDS e constatou-se que este não tem como atender a todas as demandas. Concordou com a proposta de fazer o debate antes da aprovação da recomendação, para equacionar uma solução da questão. A representante Lylia Galetti disse concordar com Roberto Vizentin, ressaltando que o item 9 dá a idéia que o relatório da carteira indígena expressou retrocesso; teor é técnico, não há valoração quanto aos recursos disponibilizados, mas o fato é que a demanda é muito superior aos recursos disponíveis. Disse concordar com a proposta do seminário; quanto ao monitoramento há compromisso do MDS para isso, mas já foi iniciado o monitoramento dos seis primeiros projetos, e pretende-se garantir a cobertura de 15% desses projetos; para isso, o MMA mantém uma equipe de 15 técnicos especializados no tema; há parceria com outros programas (CEF Caatinga e Programa Pantanal) para que estes assumam o monitoramento. No mais, a coordenação da carteira indígena concorda com os itens considerados, exceto o item 9. Disse ainda que o grande desafio é elaborar uma política de SAN da carteira indígena, mais do que conseguir um pouco mais de recursos, é justa a cobrança da liderança nesse sentido, e falta em especial ações mais estruturantes, havendo já parceria com o MDA nesse sentido; é importante a manifestação da CP1, deve-se tentar fechar proposta de seminário com mais urgência possível. Quanto à nova ação com base na recomendação do CONSEA, MMA propôs nova ação ao programa de Comunidades Tradicionais; mas há também pedido de carteira indígena no âmbito da FUNAI; é importante também ver balanço da FUNASA do VIGISUS II, onde a maioria dos projetos é de SAN. O presidente Chico Menezes lembrou que já se aprovou no debate de

Orçamento a criação de uma ação para a carteira indígena, retomando a proposta do MDS e consultou a conselheira Azelene sobre a proposta do seminário. A conselheira Azelene diz que se existisse vontade do MDS e do MMA já se teria feito o seminário; acha que uma coisa não impede a outra, há projetos parados aguardando recursos; e não abre mão de que o CONSEA se pronuncie sobre a recomendação, aprovando ou rejeitando. O diretor do MDS, Crispim, propôs alterações de texto, citando: a) item 13 – discorda da citação de que a Ministra Márcia Lopes que nega a declaração; não se trata de reduzir recursos, e sim de se colocar mais recursos ou não, ou de quanto será o aporte adicional; questionou a solicitação de 16 milhões, sendo que há uma indicação de demanda efetiva; o representante do MDS solicitou que caso não haja alteração que sejam registradas três ressalvas do MDS e reforçou dizendo que o esforço do MDS tem sido no sentido de construir a política de SAN para os povos indígenas. O presidente do CONSEA ponderou que não se deveria considerar o quorum para limitar a aprovação. Em seguida o conselheiro Renato Maluf disse ter dúvidas quanto à recomendação quanto aos termos utilizados “segundo informações obtidas”, o que torna o documento frágil. Além disso, questionou o termo “que o governo cumpra suas obrigações”, mudando para o termo para “considerando os compromissos internacionais”. A conselheira Azelene citou o compromisso da Secretaria Executiva do MDS que foi o de manter a carteira indígena e as ações estruturantes e que cestas básicas não garantem a Segurança Alimentar e Nutricional. O Presidente Chico Menezes passou então para o encaminhamento da votação. Adiou-se a entrega da recomendação até a realização do seminário (15 votos a 3 e 3 abstenções), que deverá acontecer em maio, conforme reafirmado pelo representante do MDS, Marco Aurélio. Em seguida passou-se ao informe do GT Água em que o Conselheiro Bira disse ter sido definida uma data para a visita à Caxambu prevista para 01/06/06 e a comitiva deverá viajar no dia 30/05/06 à noite para o início das atividades na manhã do dia 01/06, a fim de utilizar todo o tempo para as atividades previstas. Após debate, o GT chegou a conclusão da importância de organizar uma visita ao circuito das águas (São Lourenço, Lambari, Caxambu e Cambuquira), com a participação de todos os integrantes do GT e mais o presidente do CONSEA Francisco Menezes e o Conselheiro Renato Maluf, além de representantes da Nestlé e da ABRANDH. Ficou responsável pela organização da visita o Coordenador do GT, conselheiro Ubiraci Dantas, auxiliado pelo conselheiro Ariovaldo Ramos. O observador Flávio Valente esclareceu que não houve denúncia da ABRANDH sobre a Nestlé, mas uma solicitação de informações pela relatoria DHESC, sendo responsável desta e não da ABRANDH, não tendo resposta do Ministério Público Federal e Estadual sobre as questões. Em seguida o senhor Raimundo, suplente da Conselheira Ana Placidino (representante da ACBANTU) disse que faz um ano que o problema de Santo Amaro da Purificação foi trazido à Plenária, sobre a contaminação por chumbo, e não se sabe dos encaminhamentos; só se conhecem as ações do MDS; solicitou que seja feito um balanço do assunto na próxima plenária. O presidente Chico Menezes esclareceu que já foi garantida a apresentação do tema. O Conselheiro Pe. Martinho Lenz informou sobre a Marcha Mundial contra a Fome, com promoção do Programa Mundial da Alimentação, em 21/05, em

Guarulhos/SP e Salvador/BA. O Presidente Francisco Menezes deixou que será convocada reunião dos coordenadores para a 1ª ou 2ª semana do mês de maio de 2006, agradeceu aos presentes pela participação e sem mais, deu por encerrada a reunião do CONSEA às dezenove horas. Lavrou-se a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 25 de abril de 2006.

FRANCISCO MENEZES

Secretário do CONSEA

PATRUS ANANIAS

Presidente do CONSEA